CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 32
SERVIDOR 15132
MAT.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº. 192/2014
AUTOR – Vereador Leo Prates
ASSUNTO – Considera de Utilidade Pública Municipal a Escola Comunitária Adalberto Carvalho.
RELATOR – Vereador Kiki Bispo

PARECER

A proposição em comento tem o escopo de considerar de Utilidade Pública Municipal a Escola Comunitária Adalberto Carvalho.

O proponente justifica a proposição em face da necessidade da entidade incrementar suas atividades estatutárias e apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação especifica.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 910/91.

Encontra-se apensado ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes, constantes das fls. 02 a 29 do processo.

A proposição em exame esta em conformidade com o texto da Constituição Federal (art.30, inciso I), atende aos requisitos determinados na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, ao disposto na Lei Orgânica Municipal (artigos 44 e 46), Regimento Interno (artigos 13, inciso III e 161) desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98).

Com o objetivo de aperfeiçoar o texto, prerrogativa conferida a Comissão através do art. 80 do Regimento Interno, apresentamos emenda ao art. 1º que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a Escola Comunitária Adalberto Carvalho, com sede e foro nesta Capital."

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 33
SERVIDOR
MAT. 1532

Ante o exposto, opinamos pela regular tramitação do Projeto de Lei Nº. 192/2014 com a emenda.

Sala da Comissão, em 10 de setembro de 2014.

Kiki Bispo
Relator e Presidente da CCJ

Eron Vasconcelos
Vice-Presidente

Alfredo Mangueira

Claudio Tinoco

Geraldo Júnior

Leo Prates

Waldir Pires